

**ST10. EPISTEMOLOGIA, HISTORIOGRAFIA & LINGUAGENS**

633

HISTÓRIA DA ÁFRICA E ABORDAGENS HISTORIOGRÁFICAS: LEITURAS COMPARATIVAS E EPISTEMOLÓGICAS*Elio Chaves Flores¹*

O presente trabalho analisa em perspectiva os cientistas da historiografia lusotropicalista, africanista e africana. A tipologia sugerida está baseada nas respectivas culturas historiográficas sem apelo aos fatores étnicos e raciais vistos aqui como relacionais. Desenvolve-se a hipótese de que aparecem, com frequência, tensões epistemológicas entre autores das “escolas historiográficas” em torno da cultura racial e das “ciências do colonialismo”. A abordagem do trabalho se insere no que o historiador alemão Jörn Rüsen definiu como “historiografia comparativa intercultural”.

Podemos dividir um estudo introdutório à historiografia africana para estudantes brasileiros em três dimensões de produção intelectual que se atravessam no decorrer do século XX, especialmente depois de 1955, data da Primeira Conferência dos Países Não-Alinhados. Assim, esses três conjuntos historiográficos podem ser assim definidos: 1) abordagens luso-tropicalistas com fundamentos eurocêtricos; 2) abordagens africanistas de autores europeus e americanos; 3) abordagens afrocentradas de autores africanos. Embora possamos denominá-los de “conjuntos historiográficos”, as presentes divisões incorporam escritos de diplomatas, antropólogos, lingüistas, sociólogos e economistas que, de uma forma ou de outra, discutem nas suas narrativas os materiais tangíveis e intangíveis da historicidade africana, aquilo que Patrice Lumumba chamou na sua última poesia, em setembro de 1959, antes de ser trucidado pelas forças coloniais de o “centro desta gigantesca África Negra.

ABORDAGENS LUSO-TROPICALISTAS (FUNDAMENTOS EUROCÊNTRICOS)

¹ Professor do Departamento de História e dos Programas de Pós-Graduação em História (PPGH) e Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas (PPGDH) da Universidade Federal da Paraíba. Pesquisador vinculado ao CNPq com o projeto “Do lado de cá e do lado de lá: culturas históricas, intelectuais antirracistas e narrativas do colonialismo no Atlântico negro (1950-1988)”.

Entre os autores luso-tropicalistas destacam-se José Honório Rodrigues (1913-1987) e Gilberto Freyre (1900-1987). Começamos com José Honório Rodrigues. Ele publicou, no início da década de 1960, para a coleção Retratos do Brasil, o volume *Brasil e África: outro horizonte (relações e política brasileiro-africana)*. O livro é composto por duas partes e oito capítulos. Na primeira parte (do primeiro capítulo ao sexto) o autor discute as “relações e contribuições mútuas” começando pela “imagem da África”, as “relações coloniais”, a “contribuição africana”, a “mestiçagem e as relações brasileiro-africanas”, a “contribuição brasileira”, e as “relações modernas” consideradas entre 1800 a 1960. Na segunda parte (capítulos sétimo e oitavo), José Honório tenta apresentar a “política brasileiro-africana” considerando o “Brasil, Atlântico e África” para concluir com a análise sobre a “política brasileiro-africana”. Entre os vinte pontos enumerados na introdução que o seu livro esperava evidenciar convém destacar os seguintes:

1. A existência, no século dezoito, de uma comunidade brasileiro-afroasiática, sem exclusão de Portugal, mas com reduzida participação portuguesa.
2. Que o Brasil, como Cuba, é o mais africanizado dos Estados americanos.
3. Que, inicialmente, o processo histórico brasileiro foi realmente discriminador, mas, com o tempo, democratizou-se e, se não somos perfeitos, somos a mais perfeita forma existente de convivência racial.
4. Este caminho foi mais brasileiro que português, descoberto e facilitado pela escravidão; daí o fracasso da miscigenação luso-africana.
5. Somos uma República Mestiça, étnica e culturalmente; não somos europeus nem latino-americanos; somos ocidentalizados, aboriginizados ou tupinizados, africanizados e possuímos fortes acentos orientais. Nossa europeização foi durante muito tempo um *caimento*. A África também nos civilizou, como afirmaram Cunha Mattos, na Câmara, em 1827, e Bernardo Pereira de Vasconcelos, no Senado, em 1843.
(...)
16. Nosso anticolonialismo deve ser coerente e defender a independência de Angola, pois de outro modo comprometeríamos o nosso destino político internacional diante de todas as novas nações africanas, com as quais teremos de manter no futuro século cooperação e entendimento indispensáveis. Esta é uma oportunidade única e se perdida será irreparável, pois a História é irreversível (RODRIGUES, 1961, p. XII-XIV).

Com efeito, o livro de José Honório se situa na abordagem luso-tropicalista, enfatizando o caráter nacional do brasileiro, embora, em algumas vezes, ele reconheça a “nossa africanização”. Mas a ênfase historiográfica não está na África, está nas relações do Brasil com a África. De certa forma, esse “lugar da África” na obra de José Honório Rodrigues não deixa de ser um ponto historiográfico do contexto das emancipações africanas na “dimensão atlântica da política externa brasileira” (SARAIVA, 1996, p. 59-96).

Gilberto Freyre é o mais conhecido dos nossos autores luso-tropicalistas que trabalharam as relações raciais. Não vamos tratar aqui de suas realizações canonizadas da década de 1930, *Casa Grande & Senzala* (1933) e *Sobrados e Mucambos* (1936). Vamos mencionar sua fase salazarista, em que escreve sobre a África para fundamentar suas teses lusófonas.

Entre as décadas de 1940 e 1980, Gilberto Freyre publicou livros e opúsculos sobre a “lusotropicalia”, escritos pouco analisados e trabalhados pelos gilbertianos. Talvez por ser a fase colonialista do mestre de Apipucos, cujos subtítulos são expressivos de seu caráter ideológico. Entre outros, podemos mencionar: *O mundo que o português criou*: aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e com as colônias portuguesas (1940); *Um brasileiro em terras portuguesas*: introdução a uma possível lusotropicalia (1953); *Aventura e Rotina*: sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de caráter e ação (1953); *O Luso e o Trópico*: sugestões em torno dos métodos portugueses de integração de povos autóctones e de culturas diferentes da européia num complexo novo de civilização: o lusotropical (1961); *O Brasil em face das Áfricas negras e mestiças* (1962); *Insurgências e ressurgências atuais*: cruzamentos de sins e não num mundo em transição (1983). Não se pode atribuir um “momento salazarista” à obra de Gilberto Freyre, pois, do fim ao começo, ele sempre se expressou em “tempos de casa grande”.²

Vamos nos deter na conferência de 1962 proferida no Rio de Janeiro. Gilberto Freyre logo se coloca como o mitógrafo da mestiçagem, desautorizando tanto a “mística da negritude” quanto o “mito da branquitude”. Diz ele:

Dois extremos sectários que contrariam a já brasileiríssima prática da democracia racial através da mestiçagem: uma prática que nos impõe deveres de particular solidariedade com outros povos mestiços. Sobretudo com os do Oriente e os das Áfricas Portuguesas. Principalmente com os das Áfricas negras e mestiças marcadas pela presença lusitana (FREYRE, 1962, p. 19).

A visão de Gilberto Freyre, ao se reportar às suas viagens evocativas dos “feitos portugueses” em África, sempre que possível compara as instituições africanas com a nossa “transbordante democracia da miscigenação”. Freyre só tem olhos para os brancos na África: “Na África Portuguesa tem 300.000 brancos em Angola, 200.000 em Moçambique, aos quais se juntam, nessas duas áreas, mais de 300.000 mestiços e 19.000 asianos, muitos deles portuguesesíssimos goeses” (FREYRE, 1962, p. 36). Os mais de dez milhões de negro-africanos nas regiões do colonialismo português aparecem no texto freyriano como o “universo dos tribalizados”, cujas intenções

² Talvez a mais importante crítica esteja contida na pesquisa de SILVA, Silvia Cortez. *Tempos de Casa-Grande* (1930-1940). São Perspectiva, 2010. Um olhar “britânico” e, sensível aos postulados gilbertianos, pode ser visto em PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. *Gilberto Freyre: um vitoriano nos trópicos*. São Paulo: Editora Unesp, 2005; e, PALLARES-BURKE, Maria Lúcia e BURKE, Peter. *Repensando os Trópicos: um retrato intelectual de Gilberto Freyre*. São Paulo: Editora Unesp, 2009. Centrado nas “ambiguidades e paradoxos” do autor, convém anotar o vigoroso ensaio de ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e Paz: Casa-grande e Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. São Paulo: Editora 34, 1994.

nacionalistas são vistas pelo autor como “dúbias e antieuropeias”. Freyre considera a africanidade “uma seita” e a negritude é acusada de “uma mística intransigentemente antieuropeia”. Ele recusa mesmo os seus próprios paradoxos e ambiguidades do democratismo racial e positividade mestiça e ataca as emancipações africanas como se tivesse incorporado a alma de Salazar que lhe financiara as viagens aos “Orientes e Áfricas”. Vejamos sua “historiografia” insidiosamente luso-tropicalista: “Os políticos africanos que se entregam àqueles extremos de mística sectariamente deseuropeizante da África revelam-se racistas tão repugnantes aos brasileiros social e racialmente democráticos quanto os racistas arianistas da Europa e dos Estados Unidos e os castistas da Índia” (FREYRE, 1962, p. 40). Talvez essa seja uma das grandes ironias de Gilberto de Mello Freyre, “brasileiros social e racialmente democráticos”. Freyre demonstra o desejo de que “Angola e Moçambique se tornem novos Brasis” e se sente horrorizado com a “mística da negritude”. Portanto, se a abordagem historiográfica de José Honório Rodrigues ainda tenta se mostrar sensível às civilizações africanas, o luso-tropicalismo de Gilberto Freyre é anti-africano e anti-africanista num momento histórico em que os africanos se faziam protagonistas de seus destinos e o pan-africanismo se situava como o grande evento político do continente.

ABORDAGENS AFRICANISTAS (TENTATIVAS DE ALTERIDADE)

Trata-se agora de ver um autor brasileiro que poderíamos chamar de historiador africanista. Alberto Vasconcellos da Costa e Silva fez carreira como diplomata e tem uma vasta produção como poeta, ensaísta, memorialista e historiador. No caso que nos interessa, ele caminhou, ao longo de mais de cinquenta anos, de leitor, estudioso e vivenciador da vida africana para pesquisador, divulgador e especialista de temas africanos, um “historiador africanista”. A produção de Alberto da Costa e Silva na área de história da África tem sido reconhecida como fundamental para os estudos africanos no Brasil e o coloca como nosso principal africanista.³ No prefácio à primeira edição de *A Enxada e a Lança* ele conta a sua paixão pela África:

Estive na independência da Nigéria, em 1960. No ano seguinte, passei um mês na Etiópia. Viajei, depois, por Gana, Togo, Camarões, Angola, Costa do Marfim e o que se chamava Daomé. Visitei o Senegal, a Serra leoa, a República Democrática do Congo, o Gabão, o Quênia. Refiz itinerários. Desembarquei na Gâmbia, na Libéria e no Sudão. E fui, entre 1979 e 1983, embaixador na Nigéria e na República do Benim. Vi como se repetiam as paisagens dos dois lados do oceano e compreendi por que os africanos tão

³ A produção historiográfica de Alberto da Costa e Silva é significativa e engloba obras de síntese como temas monográficos: *A Enxada e a Lança: a África antes dos portugueses* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, 1996 2006); *As relações entre o Brasil e a África Negra, de 1822 a 1º Guerra Mundial* (Luanda: Ministério da Cultura/Instituto Nacional do Patrimônio Cultural, 1996); *A Manilha e o Libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002); *Um Rio Chamado Atlântico* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003); *Francisco Félix de Souza, mercador de escravos* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004); *Das Mãos do Oleiro – Aproximações* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005); *A África explicada aos meus filhos* (Rio de Janeiro: Agir, 2008).

prontamente se assenhorearam das terras brasileiras, ainda que os africanos não tivessem a propriedade e nelas trabalhassem como escravos.

(...)

Cada um deles tinha na carne e na alma a história de sua nação, ainda que este a não soubesse recitar de cor, ou aquele quase a ignorasse de todo. Pois o passado se entranha no que somos e nas formas de nossa vida, e o passado que eram (e que se busca narrar neste livro) foi o que impediu que se desumanizassem e o que projetaram num futuro que, mesmo escravos, não perderam. Esse passado, por ter sido deles, é nosso, que os continuamos – um passado em que é difícil deslindar mito e realidade, sobretudo no amplo espaço dos séculos em que a história era ainda poesia.

A imaginação foi sempre o húmus do jardim de Clio. No caso da África, antes do século XVII, é particularmente válido definir-se a história como o adivinhar do passado. Dele, abstraídas a Etiópia, a franja sudanesa infiltrada pelo islão e as cidades-estado do Índico, áreas que conheceram a escrita e nos deixaram alguns poucos documentos – poucos, muitas tardios e também contaminados por lendas –, sabemos apenas o que nos devolve uma arqueologia que mal arranhou as imensas extensões africanas, o que anotaram, a partir do século IX, viajantes e eruditos árabes e, mais tarde, os portugueses e outros europeus, bem como o que nos chegou das tradições e das crônicas orais dos povos negros. Se, nos textos em que se profetiza às avessas, ainda que fundados sobre o registro, o depoimento e a memória escrita, o rigor de quem os compõe não afasta de todo o mito e deixa que ele freqüente a narrativa e nela se imiscua, é porque é também importante contar, ao lado do que se julga ter realmente sucedido, as imaginações que se fizeram fatos e os fatos que se vestiram de imaginário, porque se incorporaram ao que um povo tem por origem e rastro, e, por isso, o marcam, definem e distinguem (SILVA, 2006, p. 14-15).

No início desse século, ao escrever o artigo “A África e eu”, em que valoriza a memória histórica, Alberto da Costa e Silva lembra das primeiras viagens e do impulso dos estudos históricos africanos na França, Grã-Bretanha e Estados Unidos, “uma história que tinha sido até então desprezada”. A passagem seguinte indica suas primeiras leituras interessadas no continente: “De 1960 data o primeiro número de *The Journal of African History*, do qual devo ter sido um dos mais antigos assinantes brasileiros, e que tinha a peculiaridade de dedicar-se exclusivamente à história, enquanto que, por exemplo, a revista *África* (do International African Institute) e o *Bulletin de l’Institut Français de l’Afrique Noire* dividiam suas páginas com outras disciplinas” (SILVA, 2005, p. 216). Parece ter sido depois de 1975 que viria o desafio para escrever o primeiro sobre a história africana depois de uma discussão sobre a luta angolana contra o colonialismo português. Mais de dez anos depois, afirma o africanista, “no crepúsculo de minha missão como embaixador em Lisboa, logrei finalizar essa história das várias Áfricas antes da chegada dos portugueses”. Depois de *A Enxada e a Lança* recorda de ter ganhado “seis anos de manhãs felizes e aventurosas a escrever esse novo livro, sobre a história da África entre 1500 e 1700, com ênfase na escravidão”. Seria sua segunda grande síntese sobre a história africana, *A Manilha e o Libambo* (2002). Na mesma memória, ela confessava estar iniciando um novo projeto para escrever a história da África nos séculos XVIII e XIX com ênfase nas articulações

econômicas da costa oriental da África, pois era o Índico, desde muito tempo, “o mais mercantil dos oceanos”. Para o autor, o novo estudo visava demonstrar a resistência de africanos, árabes e indianos ao avanço e domínio europeu e arremata com uma ironia historiográfica: “Voltarei, assim, aos romances, filmes e histórias em quadrinhos de minha meninice, mas com heróis ao contrário” (SILVA, 2005, p. 218-19). Embora essa grande síntese ainda não tenha sido terminada, Alberto da Costa e Silva, explica um pouco “esses litorais da África banhados pelo oceano Índico” nalgumas “convseras” do seu livro *A África explicada aos meus filhos* (2008).

Nas suas várias entrevistas, Alberto da Costa e Silva reconstrói suas bases teóricas e metodológicas sobre as temáticas africanas. Numa mais recente, ele enfatiza

A minha ida para Lisboa, em 1960, coincidiu com o início do grande momento da história da África no mundo. Então caiu a sopa no mel, e passei a mandar buscar na França e na Inglaterra os principais livros que saíam sobre a África. E como o pessoal do Itamaraty sabia que eu gostava da África, me mandaram para África, me mandaram para a Nigéria, me mandaram para tudo que era cerimônia de independência, reunião internacional de cacau, de café ou da Comissão Econômica. Havia alguma coisa em Adis Abeba ou em Abidjan, para lá ia o Alberto da Costa e Silva. Comecei a fazer algo que acho ser essencial: confrontar o que se lê com o que se vê, e aprender a ver de olhos limpos. Comecei então a ler com malícia, a virar pelo avesso os textos que tinha diante de mim. Os autores ingleses e franceses do século 19, por exemplo, são riquíssimos de informações, mas são preconceituosos, assim como os portugueses no século 16 também eram, ainda que menos. Os portugueses do século 19 são muito mais preconceituosos do que do século 16, o mesmo se dando com os ingleses e os franceses. Temos de ler de cabeça para baixo, virando-os do avesso, para ver como era aquilo mesmo que estavam observando, o certo e o errado. Confrontando o que vários deles dizem sobre o mesmo assunto, é possível traçar-se um retrato de como era a realidade em determinado momento (SILVA, 2014, p. 18-19).

Ainda segundo Alberto da Costa e Silva, a década de 1960 marca “o início da renovação dos estudos africanos, que vinham numa perspectiva diferente, mais antropológica, mais etnográfica do que histórica”. Portanto, parece ser inegável que “os estudos históricos foram impulsionados pelo processo de descolonização da África” (SILVA, 2007)

Com efeito, nas décadas de 1950 e 1960, vários autores originários dos países colonialistas (Inglaterra, França, Bélgica, etc) escreveram trabalhos importantes sobre o continente africano. Nesta época, como observa Alberto da Costa e Silva, na França e na Inglaterra, a História da África dependeu muito das publicações especializadas sobre o tema, como o *The Journal African History*, na Inglaterra, e o *Bulletin de l'Institut Français de l'Afrique Noire*, na França. Assim, livros importantes trouxeram um conhecimento introdutório sobre o assunto a um público mais amplo: a) *A Velha África Redescoberta* (1959), de Basil Davidson, africanista britânico; b) *História dos Povos da África Negra* (1960), de Robert Corvenier; c) *Breve História da África* (1962), de Roland Oliver e John Donnelly Fage, africanistas britânicos; d) *História da África Negra* (1961), de Jean-Suret Canale, africanista francês; e) *África – As Raízes da Revolta* (1960), de Jack Woddis, africanista britânico. Vale lembrar também do livro Da

Tradição Oral: ensaio de método histórico (1958), do historiador belga Jan Vansina, de grande valia metodológica para os estudos africanos posteriores que trabalharam com a “tradição oral” (oralidades) dos povos continentais e diaspóricos.

Nesse sentido é que podemos definir as abordagens da “historiografia africanista” como um esforço de superação da tradição eurocêntrica – a tese hegeliana de que a África não tinha história – que, no Brasil reverberou nas abordagens lusotropicalistas. Portanto, essa historiografia africanista já tem uma história.

ABORDAGENS AFROCENTRADAS (BUSCA DA IDENTIDADE HISTORIOGRÁFICA)

639

A historiografia africanista e a historiografia africana iriam se encontrar no projeto que tornou possível a escrita da *História Geral da África* (HGA), publicada sob a coordenação da UNESCO, entre 1980-1999, em oito volumes. Trata-se de uma obra vinculada a um projeto intelectual grandioso, que começou em 1961, e que ainda segue sendo renovado, com o projeto “*O uso pedagógico da História Geral da África*”. A HGA foi um projeto realizado com o objetivo de consolidar um conhecimento científico sobre a África e se contrapor ao viés ideológico de caráter eurocêntrico. Para isto, pretendia escrever, com a ajuda de uma nova geração de historiadores, uma história livre dos preconceitos colonialistas que outrora dominaram os estudos sobre o continente, seus povos e culturas. É preciso reconhecer que a HGA é impensável sem a formação, concomitante, da área disciplinar de História da África, depois da Segunda Guerra Mundial.

Assim, a história da África nascia como uma consequência específica da consolidação de uma nova historiografia, sem a qual não haveria uma história da África a se produzir no ambiente acadêmico. A formação da primeira geração de historiadores africanos começa a ocorrer ainda na década de 1950. Parecia evidente que o saber historiográfico europeu deveria passar por uma adequação teórico-metodológica para “embasar uma história da África científica”. No contexto linguístico da segunda metade do século XX, marcado pelas independências dos países africanos e pelo pan-africanismo, afirmava-se que era preciso “descolonizar a história”. Este era o objetivo, por exemplo, do primeiro grande historiador africano da geração dos anos 1950 e 1960: o senegalês Cheikh Anta Diop. Em livros conhecidos como *Nações negras e cultura* (1955) e *Anterioridade das civilizações africanas* (1967), Diop abordou uma ideia presente no pensamento social atlântico do século XIX, no qual se dizia que as primeiras civilizações faraônicas (o Egito) haviam sido civilizações negroides originando, depois, as civilizações mediterrânicas e as sociedades africanas posteriores. Entre esse tempo, no ano de 1957, Cheikh Anta Diop aborda o “Estudo comparado dos sistemas políticos e sociais da Europa e da África – da Antiguidade até a formação dos Estados modernos”, que integraria o título do livro *A África Negra Pré-Colonial*, publicado em 1960. Nesse dramático contexto de descolonização, também marcaram o período inicial dos estudos africanos sobre a África as obras *Campanhas do Senegal* (1958), de Abdoulaye Ly, historiador africano e líder político senegalês; e, *Sudjata ou o*

épico mandinga (1960), de Djibril Tamsir Niane, historiador, dramaturgo e contista, de Guiné-Conacry. Pode-se destacar, também, a Sociedade Africana de Cultura e sua revista, *Présence Africaine*, principal órgão de divulgação do pensamento da intelectualidade africana e diaspórica depois da Segunda Guerra Mundial. Retoma-se, ali, um elo diaspórico negro, em que os intelectuais africanos e afrodescendentes se colocam como membros de uma mesma comunidade de interesses (o pan-africanismo) na luta contra o racismo e o colonialismo (KEITA, 2008, p. 143-150).

Ao longo das décadas de 1950 e 1960, nascem os primeiros centros universitários no continente que davam especial interesse à História na África em seus currículos, como a Universidade de Dakar (Senegal), o Gordon College de Cartum (Costa do Ouro, posteriormente Gana), o Makerere College de Kampala (Uganda), a Universidade de Ibadan (Nigéria), a Universidade de Lovanium (Congo, posteriormente Zaire), a Universidade de Dar-Es-Salam (Tanzânia) e a Universidade de Nairóbi (Quênia). Professores europeus se tornaram os primeiros docentes contratados nesses centros para ensinar a temática, como J. D. Fage em Gana; J. D. Hargreaves, em Serra Leoa; C. Wrigley e C. Ehrlich, na Nigéria; J. Vansina, no Congo e em Ruanda, R. Mauny e Y. Person, no Senegal. Descolonizar a História para projetar uma história científica da África marca a realização de encontros regulares, como o Congresso de Africanistas de 1961, o Congresso Internacional sobre a História da África, em 1965, na Tanzânia (também conhecido como o Encontro de Dar-es-Salam), e o de Yaundé, em Camarões, em 1975. Neste sentido também se explicaria o surgimento da primeira Associação Pan-Africana de Historiadores, em 1972. Estava nascendo a “perspectiva africana” da História Geral da África (BARBOSA, 2012, p. 18-54).

Esta difusão de interesse pela História da África promoveu grande quantidade de livros e revistas especializadas, que foram essenciais para o aumento do conhecimento acerca da temática, entre os anos 1960 e 1970. A crescente historiografia africana tende a seguir as características atribuídas às revolucionadas historiografias nacionais: uma história interdisciplinar, problematizadora e comparativa. Afinal, para reconstruir o passado africano seria preciso apreender a reconstruir o passado através de outras formas que não as das “historiografias pátrias”. Concomitante a esta difusão da história da África, ocorreu a construção do projeto da *História Geral da África*. Com a organização e patrocínio da UNESCO, *História Geral da África* tornou-se um ponto de virada nos estudos sobre a história africana. Seus oito volumes tornar-se-iam fonte obrigatória sobre o assunto, contendo centenas de artigos de especialistas de destaque no estudo de África.⁴

⁴ A concretude da Coleção passou por, por menos três fases: a primeira, entre 1965-69, foi dedicada aos trabalhos de documentação e planificação da obra. Para isto, se organizaram as pesquisas de campo, a criação dos centros de pesquisa e documentação (sobretudo da tradição oral) e a compilação de inventários e arquivos, com a preparação de uma *Guia das Fontes da História da África*. Este foi selecionado a partir dos arquivos e bibliotecas dos países europeus, e, posteriormente, publicado em oito volumes. Ademais, ter-se-iam realizados encontros entre especialistas africanos e de outros continentes, nos quais teriam sido debatidas questões gerais de metodologia e linhas do projeto, após o exame das fontes agregadas. A segunda etapa ocorreu entre 1969 e 1971. Ela teria sido consagrada ao aperfeiçoamento e a articulação do conjunto da obra. Neste período, dois encontros de especialistas, em Paris (1969) e Adis Adeba (1970), teriam sido realizados com o intuito de precisar os problemas referentes à organização geral da obra: traduções, publicações, etc. A terceira etapa foi a de redação e

A partir de 2007 iniciou-se, oficialmente, a segunda etapa do projeto da HGA, intitulada “*O uso pedagógico da História Geral da África*”. O objetivo é ampliar a difusão e a utilização pedagógica dos conhecimentos gerais da HGA. Esta etapa foi aprovada em encontros organizados pela UNESCO de Dakar (1986), Nairobi (1989) e Tripoli (1999). A organização efetiva dela, entretanto, é resultado de um pedido formal da União Africana, que pretende adotar um currículo comum de História da África aos seus países membros, baseado nas linhas estabelecidas pela HGA.

Para colocar em perspectiva diante das expressões das abordagens lusotropicalistas (José Honório Rodrigues e Gilberto Freyre) e africanistas (especialmente Alberto da Costa e Silva) cumpre apresentar, ainda que de forma introdutória, a historiografia de Joseph Ki-Zerbo (1922-2006), historiador de Burkina Faso, especialista em metodologia da história da África e autor de várias obras sobre a África negra.⁵ Ki-Zerbo foi o responsável pela Introdução Geral da *História Geral da África* e começa justamente se contrapondo ao eurocentrismo (a história colonialista) num diálogo ríspido com a tradição hegeliana: “A África tem uma história” é a primeira frase dos oito volumes. Ao estabelecer o “Por quê?” dessa vasta historiografia, o autor defende a perspectiva da ciência histórica. Diante do fervor ideológico e racista, seria preciso se concentrar num certo realismo historiográfico que, pelas palavras de Ki-Zerbo, assim foi colocado:

Todos os males que acometem a África hoje, assim como todas as venturas que aí se revelam, resultam de inumeráveis forças impulsionadas pela história. E da mesma forma que a reconstituição do desenvolvimento de uma doença é a primeira etapa de um projeto racional de diagnóstico e terapêutica, a primeira tarefa de análise global do continente africano é histórica. A menos que optássemos pela inconsciência e pela alienação, não poderíamos viver sem memória ou com a memória do outro. Ora, a história é a memória dos povos. Esse retorno a si mesmo pode, aliás, revestir-se do valor de uma catarse libertadora, como acontece com o processo de submersão em si próprio efetivado pela psicanálise, que, ao revelar as bases dos entraves de nossa personalidade, desata de uma só vez os complexos que atrelam nossa consciências às raízes profundas do subconsciente. Mas para não substituir um mito por outro, é preciso que a verdade histórica, matriz da consciência desalienada e autêntica, seja rigorosamente examinada e fundada sobre provas (KI-ZERBO, 2011, p. XXXIII).

publicação do trabalho, que ocorreu entre 1972 e 1999. Só aí, sob responsabilidade do *Comitê Científico Internacional para a Redação de uma História Geral da África*, composto de trinta e nove membros, ter-se-ia assumido a escritura da obra. Todas essas informações constam na pesquisa pormenorizada de Muryatan Santana Barbosa (BARBOSA, 2012, p. 1-17).

⁵ A obra historiográfica de Joseph Ki-Zerbo é escassa em português: *Le Monde africain noir* (Paris, Hatier, 1964); *Histoire de l'Afrique noire* (Paris, Hatier, 1972), traduzida em Portugal, *História da África Negra*. Vol. I e II (Publicações Europa-América, 1999); *Histoire générale de l'Afrique*, ouvrage collectif (Paris, Présence Africaine/Edicef/Unesco, 1991); *A quand l'Afrique?*, Entretien avec René Holenstein (Editions de l'Aube, prix RFI Témoin du monde, 2004), publicado no Brasil, *Para Quando a África?* Entrevista com René Holenstein (Rio de Janeiro: Pallas, 2006); *Afrique Noire*, avec Didier Ruef (Paris, Infolio éditions, 2005)

Ao introduzir a pergunta metodológica do “Como?” Joseph Ki-Zerbo entende que é possível “colocar os problemas em termos objetivos e não sob a forma de mitos aberrantes como a inferioridade racial, o tribalismo congênito e a pretensa passividade histórica dos africanos”. Com efeito, todas “essas abordagens subjetivas e irracionais apenas mascaram uma ignorância voluntária” (KI-ZERBO, 2011, p. XXXVI). O manuseio de fontes parece ser um desafio para todas as historiografias. No caso africano, o conhecimento histórico passaria pelos documentos escritos e arqueológicos e a tradição oral, secundados pela linguística e antropologia.

Depois de pormenorizar os três pilares documentais e as premissas linguísticas e antropológicas para a historiografia africana Ki-Zerbo expõe os quatro princípios norteadores da *História Geral da África*, que podemos assim identifica-los: a interdisciplinaridade (ciências da terra e da sociedade); a história vista do interior (a interioridade do continente); a história dos povos em seu conjunto (as unidades culturais do mundo africano); e, por último, a historicidade processual (para além do cronológico e do factual) na dimensão do interesse pelas civilizações, instituições e estruturas. Assim, “a história torna-se essa disciplina sinfônica em que a palavra é dada simultaneamente a todos os ramos do conhecimento”, pois, somente nessas dimensões, “a conjunção singular das vozes se transforma de acordo com o assunto ou com momentos da pesquisa, para ajustar-se às exigências do discurso” (KI-ZERBO, 2011, p. LVI-LVII).

A historiografia africana de Joseph Ki-Zerbo é, segundo nossa hipótese, expressiva do que Muryatan Barbosa identificou, na *História Geral da África*, como “A África por ela mesma”, pois a “perspectiva africana” permitiu uma “interpretação científica e potencialmente pós-eurocêntrica da história da África” (BARBOSA, 2012, p. 2). Eu diria não apenas da África, mas, inclusive, das sociedades historicamente colonizadas das Américas uma vez que, nelas, as diásporas africanas também fizeram o Novo Mundo. Então retornamos, finalmente, à “historiografia comparativa intercultural”, depois de um esforço historiográfico de colocar em perspectiva as abordagens luso-tropicalistas, africanistas afrocentradas. Para Jörn Rüsen, como também para nós, a historiografia comparativa “deveria habilitar os estudiosos a apresentar tradições historiográficas de diferentes culturas, povos e sociedades em um movimento mental entre igualdade e diferença” (RÜSEN, 2006, p. 133).

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Muryatan Santana. *A África por ela mesma: a perspectiva africana na História Geral da África (UNESCO)*. São Paulo: USP/Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2012 [**Tese de Doutorado em História**].

FREYRE, Gilberto. *O mundo que o português criou: aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e com as colônias portuguesas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.

_____. *Aventura e Rotina: sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de caráter e ação*. Rio de Janeiro; Lisboa: José Olympio; Livros do Brasil, 1953.

_____. *O Luso e o Trópico*: sugestões em torno dos métodos portugueses de integração de povos autóctones e de culturas diferentes da europeia num complexo novo de civilização: o lusotropical (Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante Dom Henrique, 1961).

_____. *O Brasil em face das Áfricas negras e mestiças*. Rio de Janeiro: Federação das Associações Portuguesas, 1962.

_____. *Insurgências e ressurgências atuais*: cruzamentos de sins e não's num mundo em transição. São Paulo: Globo, 1983.

KI-ZERBO, Joseph. Introdução Geral. In: UNESCO. *História Geral da África*. Vol. I (Metodologia e Pré-História da África). Brasília; São Paulo: MEC/Unesco, 2011, p. XXXI-LVII.

_____. *História da África Negra*. Vol. I e II. Lisboa: Publicações Europa-América, 1999.

_____. *Para Quando a África?* Entrevista com René Holenstein. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

RODRIGUES, José Honório. *Brasil e África*: outro horizonte (relações e política brasileiro-africana). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

SARAIVA, José Flávio Sombra. *O Lugar da África*: a dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 a nossos dias). Brasília: Editora UnB, 1996.

SILVA, Alberto da Costa e. *A Enxada e a Lança*: a África antes dos portugueses (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, 1996 2006).

_____. *A Manilha e o Libambo*: a África e a escravidão, de 1500 a 1700. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

_____. *Um Rio Chamado Atlântico*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

_____. *Francisco Félix de Souza, Mercador de escravos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

_____. *Das Mãos do Oleiro – Aproximações*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

_____. *A África explicada aos meus filhos*. Rio de Janeiro: Agir, 2008.

_____. Sem a África o Brasil não existiria (Entrevista). *Revista de História*. N.º 1. Biblioteca Nacional, 01/07/2005. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/alberto-da-costa-e-silva> Acesso: 20 mai 2013.

_____. Dossiê: Diálogos do Sul. E. V. Soares; R. Mutzenberg – Entrevista com Alberto da Costa e Silva. *Civitas*, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 11-26, jan.-abr. 2014.

Disponível

em:

<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/16182/10956>

Acesso: 15 jun 2014.